

MÓDULO 1: ENSINO

Introdução

As abordagens teóricas mais comuns que aparecem tanto na literatura quanto nos dados empíricos do projeto IHES, do ponto de vista do "ensino", são a) paradigma social da deficiência; b) vida independente; e c) desenho de aprendizagem universal. Estes serão brevemente explicados a seguir através de noções teóricas, bem como das opiniões de especialistas de quatro países diferentes (Espanha, Itália, Irlanda e Portugal) e diferentes stakeholders desses mesmos países (estudantes com e sem deficiência, professores universitários/pesquisadores e funcionários)

Chapter 1. Abordagens Teóricas

PARADIGMA SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

O modelo social da deficiência surgiu na década de 1960 no Reino Unido como uma reação às abordagens biomédicas, destacando a importância de organizações de pessoas com deficiência que reivindicavam outras abordagens, defendendo a ideia de que a deficiência é construída socialmente, sendo as barreiras que a sociedade cria os aqueles que limitam e constroem a vida das pessoas com deficiência (Fontes, 2016). A premissa básica do modelo social é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, transferindo a responsabilidade pelas desvantagens das pessoas com deficiência para a incapacidade da sociedade de prever e se ajustar à diversidade (Oliver, 1990). A deficiência é a inadequação da sociedade para incluir todas as pessoas, gerando a diversidade de forma inclusiva. Desta forma, o modelo social centra-se em propostas de políticas de inclusão social.

Do ponto de vista empírico, os dados indicam que as dimensões mais relevantes do paradigma social da deficiência são a) o modelo de vida independente; b) inclusão educacional; c) não segregação; d) metodologias de ensino colaborativas para a inclusão; e e) cidadania inclusiva.

Relativamente à primeira dimensão, ou seja, o modelo de vida independente, existe a preocupação de compreender e partilhar as suas origens e filosofia, os princípios e fundamentos, e as estratégias associadas ao modelo que privilegiam a autonomia pessoal.

Para que a inclusão educacional no contexto universitário seja realmente efetiva, é necessário partir das etapas iniciais, obrigatórias e não obrigatórias, para que não se acumule uma lacuna evolutiva. Isso significa criar pontes com o ensino médio.

A não segregação surge, no discurso dos alunos, pelo dilema sobre os efeitos que podem advir da adaptação/atenção individualizada. Por um lado, podem ser segregados devido a cuidados específicos e adaptados. Se, pelo contrário, forem incluídos sem qualquer "adaptação curricular", poderão estar mais integrados, mas carecer de andaime para os seus processos de aprendizagem. Em resposta a esse dilema, propõem a disponibilização de ferramentas para que os alunos possam utilizá-las de acordo com suas próprias necessidades, sem diferenciação.

Também é mencionado como o uso de metodologias de ensino colaborativas, participativas e



coordenadas entre disciplinas e/ou entre disciplinas e entidades da sociedade civil promovem a inclusão em todos os níveis. Finalmente, a cidadania inclusiva exigiria uma mudança no sistema universitário, que deveria passar de uma instituição que produz trabalhadores e promove apenas habilidades acadêmicas e teóricas, para outro tipo de sistema que promove a proatividade cidadã.

VIDA INDEPENDENTE

A vida independente na área da deficiência é um termo utilizado no âmbito de alguns movimentos sociais, nos estudos sobre a deficiência e nas políticas sociais internacionais. Foi originalmente enquadrado nos movimentos sociais na área da deficiência, nomeadamente associados ao movimento de vida independente, tendo ganho maior notoriedade associada a uma compreensão da deficiência no quadro dos Direitos Humanos consagrados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O artigo 19 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), é designado como “o direito de viver de forma independente e incluída na comunidade”, incluindo os elementos de acessibilidade de serviços, assistência pessoal e a mudança de paradigma de instituições para suporte da comunidade.

Trata-se de ter oportunidades de escolha e controlo e, enquanto conceito político, refere-se a apoios para que as pessoas com deficiência possam gozar de cidadania e ter escolha e controlo sobre a forma e as configurações em que o apoio é prestado (Pinto, 2011). Não se trata de execução autônoma, mas de tomada de decisão sobre essa execução, enfatizando o poder de escolha sobre o cuidado que recebe, bem como o prestador desse cuidado, numa perspectiva de autodeterminação, dignidade e participação das pessoas com deficiência (Ferguson, 2012).

Empiricamente, a principal preocupação com a vida independente reside nos Sistemas de Coordenação de Apoio, pois, muitas vezes, o apoio prestado não é suficiente, nem costuma considerar a trajetória de vida de quem o recebe integralmente.

DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM

O design universal para aprendizagem (UDL) é uma abordagem de ensino que trabalha para

acomodar as necessidades e habilidades de todos os alunos, construindo salas de aula inclusivas. Isso significa desenvolver um ambiente de aprendizado flexível no qual as informações são apresentadas de várias maneiras, os alunos se envolvem no aprendizado de várias maneiras e recebem opções para demonstrá-lo.

A incorporação de princípios de design universal melhora um ambiente de aprendizagem inclusivo e elimina potenciais barreiras de aprendizagem ou obstáculos de aprendizagem desnecessários.

Fornecer aos alunos vários meios de perceber, compreender e expressar a sua aprendizagem permite que eles se envolvam com o material da maneira que mais os beneficie e também incentiva os alunos a se envolverem com o material para melhorar em áreas nas quais suas habilidades não são tão fortes.

Empiricamente, o Desenho Universal para a Aprendizagem é constituído por duas dimensões: a) Modelos de ensino e avaliação baseados na prática; e b) Metodologias de ensino inclusivas e acompanhamento personalizado. Em relação à primeira, vale destacar um de seus princípios, qual seja, a abordagem centrada na pessoa. Da mesma forma, é mencionado que a expansão dos métodos de ensino-aprendizagem para modelos mais práticos vinculados às competências, em oposição à

memorização e desenvolvimento de conteúdos teóricos, favorece a consideração de diferentes talentos e, portanto, a inclusão. Isso é chamado de "outras inteligências". Relativamente à segunda dimensão, propõe-se desenvolver metodologias complementares inovadoras, inclusivas e personalizadas, bem como reforçar competências transversais para promover a inclusão de todos os estudantes universitários. Exemplos disso são tutoriais entre alunos e entre professores e microlearning.

Referências usadas

Ferguson, Iain (2012), Personalisation, social justice, and social work: a reply to Simon Duffy, *Journal of Social Work Practice*, 26, (1), 55-73.

Fontes, F. (2016) *People with Disabilities in Portugal*. Francisco Manuel dos Santos Foundation

Oliver, M. 1990. *The Politics of Disability: A Sociological Approach*. New York: St. Martin's Press

Pinto, Paula Campos (2011), "Family, disability and social policy in Portugal: Where are we at, and where do we want to go?", *Sociologia On-Line*, (2), pp. 39-60.

Recursos Online

[Modelo Social Vs Modelo Médico de Deficiência](#)

Uma breve explicação, de Disability Nottinghamshire sobre as diferenças entre os dois **modelos de deficiência**

[Inclusão Europa](#)

noção europeia sobre **Vida independente**

[As Diretrizes UDL](#)

A **Desenho Universal para Aprendizagem** enquadramento para melhorar e otimizar o ensino e a aprendizagem para todas as pessoas com base em insights científicos

[Independent Living Center](#)

O CVI (2015), uma organização sem fins lucrativos, constituída e dirigida por pessoas com diversidade funcional, com o objetivo de defender e divulgar a filosofia de Vida Independente em Portugal.

[CAST: Até que o aprendido não tenha limites](#)

O CAST elimina as barreiras ao aprendizado que milhões de pessoas vivenciam todos os dias, ajudando educadores e organizações a aplicar insights das ciências da aprendizagem e práticas de ponta para o design e implementação educacional.

[Centro de Inovação Pedagógica](#)

Fundado em 2017, o CTI apóia os membros da comunidade de ensino da Cornell University, desde assistentes de ensino e pós-doutorandos, palestrantes e professores, com um complemento completo de serviços individualizados, programas, institutos e iniciativas em todo o campus

Documentos disponíveis para download

[Produção do Conhecimento, Prática Profissional e Políticas Públicas](#)

O texto aqui referido constitui um dos capítulos do e-book, apresentando uma reflexão sobre a construção teórica do conceito, os processos associados à sua implementação e alguns dos desafios



[Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#)

Os direitos humanos básicos **enquadramento jurídico** para entender como a deficiência é compreendida no âmbito das Nações Unidas.

[Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

Uma explicação para entender os amplos **Direitos sociais** onde as deficiências estão incluídas

[Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030](#)

Explicação da Estratégia baseada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

1. Conhecer a componente principal do que as abordagens teóricas devem integrar na perspetiva da deficiência intelectual.
2. Compreender melhor o que significa o paradigma social da deficiência como abordagem teórica da deficiência intelectual e como ela se diferencia das demais.
3. Aprender noções teóricas sobre a vida independente como um marco para a deficiência.
4. Conhecer o desenho universal para a aprendizagem como abordagem de ensino para todos os alunos.

Atividade 1: De acordo com o Paradigma Social da Deficiência, refletir sobre como devem ser feitas as adaptações na inclusão de alunos com deficiência na universidade

Atividade 2: Como o Desenho Universal para Aprendizagem pode ser uma ferramenta de autodeterminação?

Chapter 2. Currículo

O CURRÍCULO, na perspectiva do “ensino”, implica quatro dimensões, quais sejam: a) acessibilidade cognitiva; b) apoio universitário; c) habilidades e competências acadêmicas; ed) competências transversais. Estas serão brevemente explicadas a seguir por meio de noções teóricas, bem como das opiniões de especialistas de quatro países diferentes (Espanha, Itália, Irlanda e Portugal) e partes interessadas desses mesmos países (estudantes com e sem deficiência, professores/pesquisadores universitários e funcionários).

ACESSIBILIDADE COGNITIVA

O principal princípio da Acessibilidade Cognitiva é promover a adaptabilidade em vez da conformidade. Os padrões de acessibilidade cognitiva visam, portanto, evitar regras prescritivas, em vez disso, fornecer princípios e estratégias, consistentes com uma abordagem UD, que promove recursos no ambiente construído que sejam funcionais e confortáveis para todos (Steel & Janeslätt,

2016)..

Empiricamente, as subdimensões que caracterizam a acessibilidade cognitiva são a) Metodologias/Estratégias de Aprendizagem Inclusiva; b) formação de professores; e c) Coordenação do apoio universitário e extra-universitário.

A respeito das **metodologias de aprendizagem inclusiva**, as partes interessadas referem que as adaptações curriculares devem ser feitas através de ferramentas de apoio à aprendizagem (como leitura fácil ou pictogramas) que estejam disponíveis para todos. Referem que não é falta de competências, mas sim falta de reconhecimento de diferentes talentos. Portanto, ferramentas devem ser fornecidas para que todos os alunos possam atingir seus objetivos (considerando que esses objetivos não estão relacionados apenas às habilidades intelectuais).

A formação de professores centra-se na especificidade da diversidade funcional para promover uma universidade inclusiva. Um dos aspectos mais importantes é que os professores envolvidos nesta formação inclusiva estejam munidos de ferramentas e adaptações razoáveis para que esta formação seja de qualidade e transformadora e implique uma educação de qualidade onde se gerem sólidas redes de apoio, e os alunos adquiram autonomia na sua vidas independentes.

finalmente, a **coordenação do apoio universitário e extra-universitário** centra a sua ideia na corresponsabilidade de todos os envolvidos, sendo o compromisso dos alunos, das suas redes de pares e das suas famílias tão importante para a inclusão como a responsabilidade da própria universidade.

APOIOS UNIVERSITÁRIOS

A universidade deve disponibilizar uma estrutura específica para o acolhimento e acompanhamento dos alunos com necessidades específicas, para informar e apoiar o aluno e facilitar todo o processo de inclusão na universidade. Por outro lado, devem articular-se com outros serviços universitários, quando necessário, bem como com os docentes, prestando informação e formação, nomeadamente com a criação de meios pedagógicos pedagógicos.

Por outro lado, o Programa Erasmus+ financia apoios financeiros suplementares a estudantes com Necessidades Educativas Específicas que pretendam realizar mobilidade para estudo ou estágio. Também são disponibilizadas informações sobre a inclusão e os serviços de apoio de diferentes instituições de ensino.

O apoio universitário ao nível curricular centra-se, empiricamente, na especialização do professor em inclusão. Isso significa que os professores universitários devem obter formação adicional para adquirir ferramentas que lhes permitam ensinar de forma inclusiva.

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS

Começando com a identificação de duas abordagens amplas para o design do currículo, um currículo baseado em padrões e um currículo funcional, Kim, S. et al (2021) afirma que as habilidades académicas para pessoas com DI podem incluir um corpo de conhecimento ou habilidades que considera ser entendido ou feito, de acordo com uma agência nacional, corpo profissional ou painel de especialistas – currículo baseado em padrões, e também habilidades que são de valor imediato ou a curto prazo, de acordo com a definição de currículo funcional. As habilidades funcionais podem incluir não apenas habilidades vocacionais e sociais, mas também a aplicação cotidiana da leitura e da escrita às tarefas. Os autores também destacam a necessidade de envolver a família no processo de



decisão sobre o que ensinar e como ensinar.

Habilidades e competências acadêmicas referem-se, empiricamente, a estratégias de ensino inovadoras para a aprendizagem, como desenvolver habilidades para apresentar um tema em contexto de grupo, ou exposição lenta, e respeitar o tempo de cada estudante.

COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS

As competências transversais, do ponto de vista curricular, são aquelas que facilitam a inclusão de pessoas com deficiência intelectual por meio do reconhecimento de outros saberes, talentos e competências que vão além da visão racional e acadêmica, como a experiência e a prática.

Referências usadas

Steel, E. J., & Janeslätt, G. (2016). Drafting standards on cognitive accessibility: a global collaboration. *Disability and Rehabilitation: Assistive Technology*, 12(4), 385–389.

Kim, So Yeon & Lory, Catharine & Kim, Soo & Gregori, Emily & Rispoli, Mandy. (2021). Teaching Academic Skills to People with Intellectual and Developmental Disability. In Russell Lang & Peter Sturmey *Adaptive Behavior Strategies for Individuals with Intellectual and Developmental Disabilities* (pp.103-135) 10.1007/978-3-030-66441-1_5.

Recursos Online

[Padrões de Acessibilidade Cognitiva na Web e suas praticidades](#)

Padrões do World Wide Web Consortium (W3C) para **Acessibilidade cognitiva baseada na Web**

[Deficiências Cognitivas e a Web: Onde se cruzam a Acessibilidade e Usabilidade?](#)

Como evitar criar problemas com o uso de **tecnologias de informática para o ensino** com usuários com DI

[Avaliação da acessibilidade cognitiva](#)

e-book derivado de um projeto de pesquisa com explicações abrangentes de como **avaliar a acessibilidade cognitiva** do ponto de vista arquitetônico

[Acessibilidade digital para criadores de conteúdo e programadores](#)

Um guia técnico abrangente para **acessibilidade digital** construído pela Universidade de Harvard

[Estrutura entrelaçada](#)

Guia para entender, criar e desenvolver programas mistos, incluindo reflexões sobre adaptação de ensino, envolvimento do aluno e investimentos institucionais.

[Mobilidades Inclusivas no Ensino Superior](#)

A plataforma europeia sobre inclusão e serviços de apoio oferecidos por instituições de ensino superior, agências nacionais e ministérios da educação a estudantes internacionais.



Documentos disponíveis para download[Experiências de Alunos com Dificuldades Específicas de Aprendizagem com Materiais Instrucionais e Programas em uma Aula de História do Ensino Médio Mista: Um Estudo Fenomenológico da Acessibilidade](#)

Um estudo de caso de 2020 de Alvarado-Alcantar e Keeley explicando experiências de Blended Learning aplicadas a alunos com DI e conclusões do que eles experimentaram

[Ensino de habilidades acadêmicas para pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento](#)

O artigo descreve o que ensinar e como ensinar alunos com DI em áreas acadêmicas usando práticas empiricamente apoiadas que aumentam a probabilidade de que a intervenção leve a resultados positivos dos alunos

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

Objetivos de aprendizagem:

1. Conhecer a componente principal do que os currículos devem integrar na perspectiva da deficiência intelectual.
2. Entender melhor como é a acessibilidade cognitiva nos currículos.
3. Diferenciar melhor entre habilidades e competências acadêmicas e competências transversais.

Atividade 1: Considerando que os Apoios Universitários estão voltados para recursos especializados para melhorar a formação de professores para a inclusão, o que deve ser feito para que essa formação considere as noções de Acessibilidade Cognitiva?

Atividade 2: Identificar as competências transversais que devem fazer parte do currículo para facilitar a inclusão de pessoas com deficiência na universidade